

EDITORIAL

A *Revista de História 161*, referente ao segundo semestre de 2009, é expressão do objetivo maior do periódico e dos esforços do seu Conselho Editorial em divulgar investigações que contemplem uma gama variada de temas e as diversas áreas da história e das humanidades. Neste volume, estudiosos de diferentes campos e instituições colocam em tela os resultados de suas pesquisas. As temáticas dos artigos apresentam uma abrangência considerável: iniciam-se por discussões ligadas à história da expansão e das relações entre metrópole e colônia, passam para os temas relativos à política indigenista da Coroa portuguesa no Brasil e chegam às trajetórias intelectuais de expoentes da República brasileira. A seguir, apresentam-se reflexões sobre questões relativas ao ensino e à teoria da história, bem como sobre temas da história moderna e da antiguidade. Cada um dos artigos, a seu modo, desafia pressupostos historiográficos e oferece novas perspectivas a partir do trabalho de investigação em arquivos e da exploração de novas fontes documentais, apresentando com isso contribuições ao debate acadêmico. É este o sentido comum do volume.

O número foi organizado em blocos temáticos.

O primeiro conjunto inicia-se com o artigo do pesquisador português Luis Filipe Thomaz que esquadrinha o sentido da expansão ultramarina portuguesa na multiplicidade de projetos, por vezes conflitantes, que a ela se imbricam. O historiador sublinha a faceta cruzadística revelada nos planos acalentados pelos monarcas do século XV e dos inícios do XVI, considerando-a ao lado das orientações comerciais defendidas tanto pela burguesia lusa, quanto por setores da nobreza comprometidos com a mercancia do ultramar. Na sua visão, ao transformar o processo da expansão em “interações conflituosas da pluralidade de projetos”, é possível equiparar, entre as motivações, o ouro e as especiarias africanas, o comércio especieiro do Oriente e do Brasil, o povoamento dos arquipélagos aos planos messiânicos dos monarcas, aos alentos por alianças com os reis africanos, às missões cristãs do norte da África, à retomada de Jerusalem. Visto desta forma, segundo o autor, o sentido do processo remete-se a um cenário de lutas sociais, políticas e ideológicas cuja referência é necessária para se entender desde as orientações portuguesas às expedições de descobrimento do Brasil e das rotas das Índias, às polêmicas historiográficas a elas relacionadas: a intencionalidade ou não das descobertas; o interesse ou o desinteresse sobre as novas terras; os conflitos entre os partidários da direção atlântica e aqueles da longa rota do Cabo e dos planos indiáticos.

O segundo artigo, de autoria de Fabiano Vilaça dos Santos, avança um pouco no tempo e analisa a articulação entre dinâmicas sociais e vida administrativa no império português entre os séculos XVII e XVIII. Inspirado pelos novos rumos da historiografia social, acompanha a trajetória e os deslocamentos de alguns dos agentes da administração da América portuguesa, tendo como fonte, sobretudo, as petições de mercês nas quais são elencados os feitos e os serviços prestados à Coroa por devotados funcionários. Com isso, o historiador consegue estabelecer conexões hierárquicas entre os postos de governador, governador geral e capitão mor, de um lado, e, de outro, entre capitânias principais e subalternas. A conclusão desse movimento analítico é a de que as promoções aos postos

considerados superiores – do governo da Paraíba e de Pernambuco ao governo das Minas ou do Rio de Janeiro, ou ao governo do Estado do Maranhão –, dependiam não só da estirpe dos funcionários régios como também, e principalmente, da experiência acumulada nas conquistas, nos embates contra índios recalcitrantes, franceses invasores e quilombolas aguerridos que ameaçavam as províncias do norte entre os séculos XVII e XVIII.

O artigo de Fernanda Sposito polemiza a interpretação corrente que rotula a política indigenista adotada por d. João VI no Brasil – marcada pela retomada das guerras justas contra as populações indígenas – como um retrocesso vis-a-vis as orientações do período pombalino e a criação do Diretório dos Índios, em 1757. No sentido de discutir essa comparação, em sua historicidade, o texto analisa as políticas de um e de outro tempo na perspectiva das necessidades que o Império vivia em cada um deles. A política de Pombal é avaliada na proposição da mudança do estatuto legal das populações indígenas com vistas à sua integração ao Império, uma vez que, livres da escravidão e da tutela eclesiástica, poderiam se envolver na demarcação das fronteiras nacionais. Por sua vez, o indigenismo joanino é interpretado no contexto da crise do antigo sistema colonial e na articulação entre moderno e arcaico. Nesse outro momento histórico, com o traslado da corte para o Brasil e a ênfase na manutenção de velhos privilégios em novos tempos, a Coroa reconsidera a escravização dos índios e, no limite, o genocídio, adotando uma orientação que conduz às guerras contra os botocudos em Minas Gerais, contra os bugres paulistas de Curitiba e Guarapuava e a outras expedições destinadas a vencer os inimigos recalcitrantes do império já consolidado do Brasil. O terceiro artigo deste grupo desloca-se para o século XX e informa a política externa adotada pelo governo de Oliveira Salazar, de Portugal, diante do contexto da Segunda Guerra Mundial. Numa perspectiva renovada que alarga o conceito de história diplomática para o de relações internacionais e explorando arquivos ainda pouco consultados, o autor acompanha as mudanças de uma posição de neutralidade estratégica, e de uma certa simpatia aos países do Eixo, à aproximação de Salazar com os aliados, sobretudo com as potências anglo-saxãs, movimento para o qual contou também a posição da ex-colônia e a manifestação de apoio aos ataques sofridos pela esquadra brasileira.

O segundo grupo compreende três textos que caminham numa direção similar, qual seja, a de recompôr trajetórias intelectuais de figuras de projeção no universo mental brasileiro. Virgílio Santa Rosa, ideólogo do nacionalismo da década de 1930, é o primeiro. É tema do artigo de autoria de Guillaume Azevedo Marques de Saes que, por meio da análise de suas ideias, problematiza a visão homogênea que geralmente se tem do movimento tenentista de 1930. O autor traça a biografia e os principais pontos do pensamento de Santa Rosa, ora recuperando a interlocução com abolicionistas da cepa de Nabuco e Rebouças, ora demonstrando a simpatia aos regimes centralizados da época. Segundo o autor, expressa-se aí uma vertente nacionalista e autoritária, com contudentes críticas à liberal-democracia e à federação e que propaga, na ascensão dos militares tenentes, a força social e as estratégias políticas capazes de sobrepujar, definitivamente, o poder das oligarquias abaladas com a revolução de 1930. Em seguida, o texto de Cleber Santos Vieira concentra-se em Domingos Jaquaribe Filho, autor responsável pela tradução de um *Manual de Instrução Cívica*, de autoria de Numa Droz, obra significativa na construção da ordem republicana. Utilizando conceitos emprestados

a Roger Chartier e a Maria Lúcia Palhares-Burke, Cleber Vieira entende a tradução como um processo cultural que mobiliza formas de estimular a circulação de ideias e explorar possibilidades de mudanças culturais, apresentando-se, neste sentido, como prática social de relevância no processo de construção de uma nova cidadania. Da mesma forma que os demais estudos aqui reunidos, deslinda a trajetória de seu biografado, as principais vinculações políticas e interlocutores: também o abolicionismo, mas, junto a ele, o republicanismo e o municipalismo, sobre o qual versa a tradução selecionada. Por fim, ainda neste conjunto, o artigo de Priscila Ribeiro Dorella focaliza o intelectual pernambucano Silvio Julio de Albuquerque Lima, em seus planos de incrementar a inserção histórica e mental do Brasil no mundo latino-americano. Considerado por isso voz dissonante no ambiente intelectual do período, mais conhecido como Silvio Julio, foi professor da cadeira de América em universidades brasileiras e latino-americanas, podendo ser reconhecido, segundo a autora, como um dos mais importantes precursores dos estudos históricos hispano-americanos. Como historiador, sua obra resvala em concepções mitificadas, selecionando no elenco de figuras históricas líderes como Simon Bolívar – o único americano completo, no seu dizer – como aquele capaz de mobilizar a simpatia dos brasileiros, inspirar admiração e predisposição de se pensar o Brasil no conjunto latino-americano.

Depois deste, vem um outro conjunto dedicado aos temas do ensino da história e das reflexões teóricas sobre a ciência histórica. O texto de Anderson Ribeiro Oliva acompanha a maneira pela qual o tema África vem sendo tratado nos livros didáticos brasileiros, entre os anos de 1999 e 2005, período marcado pela edição da lei de 2003. Considerados como instrumentos de significativa importância na construção das referências mentais que estudantes e docentes carregam sobre os temas tratados ou esquecidos, os livros didáticos são avaliados quantitativa e qualitativamente no sentido de perceber (a) o espaço dedicado aos temas africanos, (b) os recortes temáticos escolhidos e privilegiados, (c) a utilização de conceitos e, por fim, (d) a questão dos tráficos atlântico e transaariano de escravos em relação à escravidão africana. Neste conjunto são avaliadas também as medidas das aproximações ou dos distanciamentos das obras didáticas dos debates acadêmicos que marcam os estudos africanistas, especializados nos séculos VII ao XVIII. Num outro sentido, mas também refletindo sobre a história em seus fundamentos epistemológicos e metodológicos, o artigo seguinte tem uma autoria dupla. José Raimundo Chiappin e Carolina Leister focalizam a filosofia de história elaborada por Pierre Duhem, pensador francês dos finais do século XIX e inícios do XX. Defensor do continuismo entre a ciência medieval e a moderna, Duhem é um dos responsáveis pela revisão da pecha que a história da Idade Média carregava como os tempos das trevas, interpretando Galileu mais como continuador e menos um inovador ou revolucionário. Sua teoria de história, no geral pouco referida nos manuais sobre o assunto, é avaliada a partir de seus estudos dos quais podem ser inferidos conceitos como ruptura e continuidade, revolução, recorrência, estrutura, empiria e ciência. Para Duhem, não só a ciência é dotada de historicidade, como a história o é de cientificidade e, neste sentido, é matéria que compartilha questões teórico-metodológicas similares com as demais ciências.

Finalmente, os três últimos artigos apresentam resultados de pesquisas sobre assuntos próprios à história moderna e à história antiga. O primeiro, de autoria de Laurent de

Saes, debruça-se sobre um tema quase desconhecido do grande público, afeito, no geral, às linhas mestras das transformações políticas trazidas com a Revolução Francesa de 1789, relacionado aos problemas agrários que emergiram no período pré revolucionário e no contexto da revolução. Focalizando as sobrevivências do coletivismo agrário, referido como um dos “resquícios feudais” do Antigo Regime francês, trata do conflito que emerge acentuadamente entre o individualismo e as formas da apropriação do solo com base nas tradições comunais. Como assinala o autor, a questão essencial estava em saber a quem beneficiaria o individualismo agrário, se aos senhores ou aos camponeses; numa outra ponta do espectro de mudanças encontrava-se o processo da Grã Bretanha, no qual a classe camponesa foi destruída e o poder dos grandes proprietários de terras reforçado. A Revolução Francesa cristalizou até certo ponto as conquistas que vinham sendo obtidas pelos camponeses rumo à sua transformação em pequenos proprietários.

O artigo de Joana Campos Clímaco centra-se em Alexandria, capital helenística e mais tarde da província romana do Egito, um dos mais importantes centros econômico e cultural do Mediterrâneo sob a dominação romana, mas ainda assim uma ameaça ao império. Num cenário cosmopolita desenvolvem-se relações entre romanos, alexandrinos, egípcios em geral e judeus; estrutura-se o domínio e manifestam-se ações de resistência e de autonomia veiculadas por uma elite letrada em seus textos literários. É essa a matéria pesquisada pela autora em um rico conjunto documental, pouco conhecido nos meios acadêmicos brasileiros, denominado *Acta Alexandrinorum*. O teor dos textos aí reunidos é geralmente contrário às práticas imperiais: queixas contra o pagamento de impostos; clamores por uma maior autonomia dos alexandrinos; exaltação de seus líderes, críticas aos funcionários romanos, oposição à expressiva comunidade de judeus da cidade. Do cenário de uma das mais prestigiosas metrópoles dos séculos II e III, o artigo seguinte, de autoria de Moisés Antigueira, volta-se para o século V a.C., tratando das ideias políticas na Roma republicana a partir da obra do historiador Tito Lívio, especificamente nas partes em que aborda os limites e as possibilidades dos poderes magistráticos frente ao cidadão romano e questões de gênero.

Ao final, o volume é completado pela seção *Resenha* em que são avaliadas quatro obras: a de Juliana Meirelles, sobre a imprensa na corte joanina, publicada em 2008 e resenhada por Cristiane A. Camacho dos Santos; a de John Dunn, sobre teoria política, de 2005, resenhada por Javier Amadeo; a de Jörn Rüsen, sobre teoria de história, de 2007, resenhada por Diogo da Silva Roiz; e, por fim, a de Lincoln Secco, sobre Caio Prado Jr., publicada em 2008 e resenhada por Marcos Silva.

Diante, portanto, deste expressivo conjunto, é com grande prazer que apresento o número 161, resultado de um trabalho conjunto entre a editoria da revista e o Conselho Editorial, e seus colaboradores e funcionários, o corpo de pareceristas envolvido na apreciação dos artigos, cada qual contribuindo de forma significativa para sua concretização. Os nossos agradecimentos a todos.

Maria Cristina Cortez Wissenbach

Editora